

## Varia

# De provações, demandas e derrotas: Buenos Aires, primeira fundação

Alfredo Cordiviola 

## Resumo

**Silvio Renato Jorge**  
Editor-chefe dos  
Estudos de Literatura

**Disponibilidade de dados  
e material:**

Todo o conjunto de dados  
que dá suporte aos resultados  
deste estudo foi publicado no  
próprio artigo

Considerando os breves anos que separam a primeira fundação e o posterior abandono de Buenos Aires (1536-1541), a fome é o tema dominante e impossível de esquivar na profusa literatura relativa a esse capítulo da expansão espanhola no Prata. Sem conseguir alimentos suficientes, sem manter os pactos com os indígenas que poderiam ter garantido uma certa estabilidade, e sendo recorrentemente atacado, o casario de pobres taipas encontrava-se em situação de absoluto desamparo, que o tempo contribuiria a piorar. Neste trabalho revisamos, dentre as crônicas, memoriais e ficções que compõem essa constelação de testemunhos e mitologias, textos como os de Ulrico Schmidl, Francisco de Villalta, Luis de Miranda, Ruy Díaz de Guzmán ou Isabel de Guevara, entre outros.

**Palavras-chave:** Primeira fundação de Buenos Aires. Crônicas. Fome.

Recebido em: 30/11/2024  
Aceito em: 28/02/2025

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.  
E-mail: alfredo.cordiviola@ufpe.br

---

**Como citar:**

CORDIVIOLA, Alfredo. De provações, demandas e derrotas: Buenos Aires, primeira fundação. *Gragoatá*, Niterói, v. 30, n. 67, e65556, maio.-ago. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v30i67.65556.pt>



**E**m agosto de 1535 partia de Sanlúcar de Barrameda a expedição do Adelantado Don Pedro de Mendoza rumo ao Rio da Prata. Era a armada mais numerosa que até esse momento tinha feito a travessia transatlântica. As fontes não coincidem, mas provavelmente estava composta por 1500 a 2000 integrantes, entre os quais devemos incluir um número pequeno e indefinido de mulheres. A bordo das naves viajavam diversos membros da família de Mendoza; Carlos Dubrin, um irmão de Carlos V; Rodrigo de Cepeda, irmão de Teresa de Ávila; Juan de Osorio, de fatal destino; o clérigo Luís de Miranda, futuro autor do *Romance*, e outras figuras que teriam atuação preponderante na conquista e ocupação da região platina, como Juan de Ayolas, Juan de Salazar e Domingo Martínez de Irala. Entre os soldados havia também vários estrangeiros, saxões, flamengos e alemães, procedentes das terras que estavam sob o domínio do império espanhol. Um deles era Ulrico Schmidl ou Schmidl.

Muitos foram os mercenários e aventureiros alemães que, ao serviço das potências ibéricas, participaram das aventuras guerreiras e expansionistas imperiais, mas apenas dois atingiram ampla notoriedade e continuam sendo até hoje referências indispensáveis para vislumbrar as evoluções da história sul-americana do século XVI. Um foi Ulrico, o outro, o célebre Hans Staden. Embora de origem diverso (bávaro de Straubing o primeiro; de Homberg, Hesse o segundo), ambos os “alemães” tiveram muitos pontos em comum. Percorreram o Novo Mundo (Schmidl o Prata, o Paraguai e partes do Brasil; Staden o nordeste e sudeste do Brasil), onde permaneceram por longos períodos (Schmidl quase duas décadas, Staden cerca de seis anos, em duas viagens consecutivas). Passaram por todo tipo de desventuras (da fome extrema ao cativeiro entre antropófagos), sobreviveram, retornaram à pátria, e relataram por escrito suas peripécias. Em poucas décadas, suas crônicas se tornaram conhecidas e memoráveis em toda a Europa.

Schmidl chegou à América 12 anos antes do que Staden. Em 1557, em Marburg, foi publicada a primeira edição da *Wahrhaftige Historia*, escrita por Staden. Dez anos depois, em 1567, em Frankfurt, aparece a crônica de Schmidl, *Warhafftige und liebliche Beschreibung etlicher furnemen Indianischen Landtschafften und Insulen*. Ambos os títulos são muito mais longos, e coincidem em iniciar com o mesmo adjetivo que qualifica a relação: “verdadeira”, “verídica”.<sup>1</sup>

A viagem de Ulrico Schmidl se estende desde 1535 até 1554. Não se trata de um turista aprendiz nem de um viajante curioso que, por amor ao desconhecido, decide empreender uma aventura ultramarina, mas de um sujeito que se insere plenamente em um projeto de conquista, em uma travessia cujo propósito consiste em estabelecer o domínio sobre as gentes, as terras e as riquezas que aparecessem no raio da exploração. Nesse sentido, a experiência e o ponto de vista individual do cronista estão intimamente vinculados tanto a uma empresa que é, por definição, coletiva e política, quanto a um modo de relatar que responde às convenções e expectativas das narrativas de viagem a terras

<sup>1</sup>O título dessa primeira edição de 1567 é *Verdadeira e amena descrição de algumas interessantes paisagens e ilhas das índias, não mencionadas em crônicas anteriores e pela primeira vez sob grandes perigos exploradas na viagem marítima de Ulrico Schmidl de Straubing, por ele mesmo cuidadosamente descritas e apresentadas. Nas versões em língua espanhola, a obra se conhece como *Derrotero y viaje al Rio de la Plata y Paraguay*, ou simplesmente como *Viaje al Rio de la Plata*.*

distantes habitadas pelo Outro. Como ocorre nas crônicas escritas em primeira pessoa, neste caso também o texto está construído a partir dessa constante interação entre os imaginários da conquista (que exaltam a figura masculina, que justificam a violência, que consagram o lucro como objetivo primordial e legitimam a expropriação dos recursos disponíveis, que postulam e reafirmam a superioridade europeia e cristã) e a subjetividade desse eu (alemão, soldado raso, intimado por perigos e desventuras) que está lá para contar aquilo que vê, que acredita ver ou que diz ver. Um sujeito que foi desafiado a sobreviver e, uma vez concluída sua aventura, desafiado ainda a escrever, a relembrar, a esquecer, a refinar um mundo, que havia sido e já não era, para seus presentes e futuros leitores.

O período compreendido na estadia de Schmidl no Prata conta com numerosas fontes que permitem reconstruir os desafortunados fatos que acompanharam a fundação das cidades de Buenos Aires e Assunção. As mais conhecidas, além da crônica do bávaro, são a carta de Juan de Pacheco (1541), as *Informaciones*, de Álvar Núñez Cabeza de Vaca (1543 e 1544) e seus *Comentarios* (1555), a *Relación* (1541) e a Carta a Carlos V (1545), escritas por Domingo Martínez de Irala, a *Memoria* (1545), de Pero Hernández, a *Relación de la costa del Brasil e Rio de la Plata*, de Juan Sanchez de Vizcaya (1554), a *Relación de Francisco de Villalta solicitando provisión de regidores*, de Francisco Villalta (1556), a carta de Isabel de Guevara (1556), a denominada *Argentina* (ou *Historia del descubrimiento, población y conquista del Río de la Plata*), de Ruy Díaz de Guzmán (concluída em 1612) e a *Historia general* (1615), de Antonio de Herrera. Também aportam suas considerações os poemas *La argentina o La conquista del Río de la Plata* (1602), de Martín del Barco Centenera, e o *Romance*, de Luís de Miranda, autor também de uma carta dirigida ao rei em 1545.

Dessa constelação de escritas surgem detalhes que, entre divergências e pontos de vista contrapostos, permitem reconstruir os acontecimentos mais marcantes desse capítulo da colonização sul-americana. Poderíamos resumir os do seguinte modo: tendo atravessado o oceano, ocorre no Rio de Janeiro uma tragédia que inaugura a série. Movido por intrigas, Pedro de Mendoza manda matar, sem julgamento nem clemência, Juan Osorio, o segundo na cadeia de mandos. O episódio, considerado injusto e excessivo pelos cronistas, seria lido como presságio funesto e merecedor de futuros castigos. A frota chega à margem oriental do rio da Prata em janeiro de 1536, e pouco depois a cidade de Santa Maria del Buen Ayre é fundada na margem oposta. Não demoram em surgir os conflitos com os Querandis que habitavam a região, e já em maio a fome começa a assolar a vila. Em junho é sitiada pelos indígenas. Mendoza e Juan de Ayolas conduzem pelo Paraná grande parte dos que ainda sobreviviam. Rio acima são fundados os fortés de Corpus Christi e de Buena Esperanza, e, no Paraguai, La Candelaria e Nossa Senhora da Assunção. O grupo permanece entre os Timbus por quatro anos. Mendoza retorna e Buenos Aires; doente de sífilis, já em 1537 embarca

de volta à Espanha, e morre em alto mar. Ayolas parte em busca das riquezas do Peru e é assassinado. Irala ocupa seu lugar como governador. Buenos Aires é definitivamente abandonada em 1541, e a população restante se refugia em Assunção. Álvar Núñez é nomeado Adelantado. Em 1544, por desavenças com os “conquistadores viejos” e com Irala, será preso, destituído e deportado. Irala trava e vence várias batalhas contra as nações indígenas e consolida seu poder em Assunção. Dirige-se ao norte em procura dos metais preciosos andinos, mas o vice-rei do Peru, Pedro de La Gasca, proíbe que continue. Retorna e deve enfrentar revoltas e conspirações, que desafiam seu comando e se prolongam por anos, até que consegue afiançar-se. Os oficiais e os povoadores lhe prestam juramento de obediência em 1555. Ao ano seguinte, proclama as Ordenanças, que determinam a distribuição das *encomiendas*. Irala morre nesse mesmo ano de 1556. Um dos seus netos seria o cronista Ruy Díaz de Guzmán.

Considerando o período que separa a fundação e o abandono de Buenos Aires (que inclui também, como vimos, a fundação de fortalezas ribeirinhas e de Assunção), há um tema dominante e impossível de esquivar nos textos aludidos: a fome. A história foi contada muitas vezes. Não havia alimentos suficientes, não foram estabelecidos pactos com os indígenas que poderiam ter garantido uma certa estabilidade, e o casario, em absoluto desamparo, seria recorrentemente atacado. Décadas depois, quando já tinha se convertido ao protestantismo e estava refugiado em Regensburg, Schmidl relembrará essas cenas, as quais ficariam para sempre associadas com a primeira fundação de Buenos Aires, com estas lacônicas e incisivas palavras:

Quando voltámos ao acampamento, a gente foi dividida em soldados e trabalhadores, de modo que ninguém ficasse sem ter o que fazer. E construiu-se ali uma cidade com um muro de terra ao redor de cerca de meia lança de altura, e no seu interior uma casa forte para o nosso general; o muro da cidade tinha cerca de três pés de largura; mas o que se construía num dia era deitado abaixno no dia seguinte; de modo que o povo não tinha nada para comer, passava fome, e a miséria era grande; por fim, chegou a tal ponto que até os cavalos já não serviam para nada, nem podiam fazer qualquer serviço. A necessidade e a miséria chegaram a tal ponto que, por causa da fome, não restaram nem ratos, nem camundongos, nem cobras, nem qualquer lagartixa para nos ajudar na nossa grande necessidade e miséria inaudita; até comemos todos os nossos sapatos e couros.

E aconteceu que três espanhóis roubaram um rocin e comeram-no sem serem vistos; mas quando se soube, mandaram-nos prender e obrigaram-nos a confessar o seu crime e, quando confessaram, condenaram-nos à morte por enforcamento e executaram os três. Naquela mesma noite, outros espanhóis aproximaram-se dos três pendurados na forca, cortaram-lhes as coxas e outros pedaços de carne e levaram-nos para as suas casas para saciarem a fome. Um espanhol comeu também o irmão que tinha morrido na cidade de Bonas Ayres. (Schmidl, 1903, p. 152-153).<sup>2</sup>

<sup>2</sup>Original: “Y cuando volvimos al real se repartió la gente en soldados y trabajadores, así que no quedase uno sin qué hacer. Y se levantó allí una ciudad con un muro de tierra como de media lanza de alto a la vuelta, y adentro de ella una casa fuerte para nuestro general; el muro de la ciudad tenía de ancho unos 3 pies; mas lo que un día se levantaba se nos venía abajo al otro; a esto la gente no tenía qué comer, se moría de hambre, y la miseria era grande; por fin llegó a tal grado que ya ni los caballos servían, ni alcanzaban a prestar servicio alguno. Así aconteció que llegaron a tal punto la necesidad y la miseria que por razón de la hambruna ya no quedaban ni ratas, ni ratones, ni culebras, ni sabandija alguna que nos remediasse en nuestra gran necesidad e inaudita miseria; llegamos hasta comernos los zapatos y cueros todos.

Y aconteció que tres españoles se robaron un rocin y se lo comieron sin ser sentidos; mas cuando se llegó a saber los mandaron prender e hicieron declarar con tormento; y luego que confesaron el delito los condenaron a muerte en horca, y los ajusticieron a los tres. Esa misma noche otros españoles se arrimaron a los tres colgados en las horcas y les cortaron los muslos y otros pedazos de carne y cargaron con ellos a sus casas para satisfacer el hambre. También un español se comió al hermano que había muerto en la ciudad de *Bonas Ayres*” [Todas as traduções são do autor].

Francisco de Villalta, que também presenciara esses episódios, deixará testemunho repetidas vezes no seu *Informe* acerca das necessidades padecidas. Mais meticuloso que Schmidl, refere que:

Quando chegamos com os bergantins e a nossa pouca gente à povoação, comprovamos que a necessidade e a fome que estavam a passar era tão grande que era espanto, pois alguns tinham o companheiro morto há 3 ou 4 dias e levavam a ração para poderem passar a vida com ela, enquanto outros, por terem tanta fome, comiam carne humana, e assim aconteceu que até 2 homens que tinham sido justiçados foram comidos da cintura para baixo.

Vista a necessidade que tinham e a Gente que tínhamos vindo, parta evitar que tudo acabasse o Governador mandou Juan de Aiolas com 3 navios ir procurar índios em Santispiritus, ou nas Hullas (Ilhas), com os quais levou 90 cristãos em cada uma.

Neste caminho havia tanta necessidade porque não tínhamos mais do que um resto de farinha em cada Navio que certifico a V. S. que morreram quase 100 homens de pura fome, porque só lhes davam 6 onças de Biscoitos e alguns cardos e ervas que alguns traziam dos campos.

Neste caminho houve excessivos trabalhos e fome porque era pleno Inverno e a Gente andava muito magra, indo e voltando pelo rio sem ter outro refresco senão o que já tenho dito a V. S. e algumas Cobras, lagartos, Ratos e outros bichos que encontravam nos campos. (Villalta, 1903, p. 310-312).<sup>3</sup>

Mencionemos apenas mais dois registros que corroboram esses relatos. Em primeiro lugar, os dramáticos versos do *Romance de Luís de Miranda* (2012, p. 61-64):

Trabajos, hambres y afanes  
nunca nos faltó en la tierra  
y así nos hizo la guerra  
la cruel.

Frontero de Sant Gabriel  
a do se hizo el asiento,  
allí fue el enterramiento  
del armada.

Cosa jamás no pensada,  
Que cuando no nos catamos,  
de dos mill aun no quedamos  
en docientos

Por los malos tratamientos  
munchos buenos acabaron  
y otros los indios mataron  
en un punto.

Y lo que más que aquesto junto  
nos causó ruina tamaña,  
fue la hambre más estraña  
que se vio.

<sup>3</sup>Original: "Llegados al Pueblo los Bergantines i poca Gente que beníamos hallamos que hera tanta la necesidad i hambre que pasaban que hera espanto, pues unos tenian á su Compañero muerto 3 i 4 días i tomaban la racion por poderse pasar la vida con ella, otros de berse tan Ambientes les aconteció comer carne humana, i así se bido que asta 2 ombres que hicieron justicia se comieron de la cintura para abajo.

Vista la necesidad que tenian y la Gente que habíamos venido de causa que todos no se acabasen mandó el Gobernador á Juan de Aiolas con 3 nabios fuese á buscar Indios á Santispiritus, ó de las Hullas (Islas), con los cuales llebó 90 Cristianos en cada uno.

En este camino fué tanta la necesidad que pasamos por no llebar mas de una Pipa de Harina en cada Nabio que certifico á V. S. que murieron casi 100 hombres de pura hambre, por que no les daban sino 6 onzas de Viscochos y algunos cardos ierbás que algunos de los campos traian.

En este camino se pasaron excesivos trabajos y hambres por ser como hera en la mitad del Invierno i ir la Gente flaca bogando y toando por el Rio sin tener otro refresco más del que he dicho á V. S. i algunas Culebras, lagartos, Ratones y otras Sabandijas que á dicha por los campos se topaban".

La ración que allí se dio  
de harina y de bizcocho  
fueron seis onzas u ocho,  
mal pesadas.

Las viandas más usadas  
eran cardos que buscaban  
y aun estos no los hallaban  
todas veces.

El estiércol y las heces  
que algunos no digirían  
munchos tristes lo comían,  
que era espanto.

Allegó la cosa a tanto  
que, como en Jerusalém,  
la carne del hombre también  
la comieron.

Las cosas que allí se vieron  
no se han visto en escritura:  
comer la propia asadura  
de su hermano.

Décadas depois, Ruy Diaz (2012, p. 146-147) aponta:

Nessa altura, em Buenos Aires, sofriam uma fome cruel, porque, na falta absoluta de alimentos, comiam sapos, cobras e carne podre que encontravam nos campos, de tal modo que os excrementos de uns comiam os dos outros, chegando a extremos de fome como no tempo em que Tito e Vespasiano cercaram Jerusalém: comiam carne humana. Assim aconteceu a este povo miserável, porque os vivos eram sustentados pela carne dos que morriam, e até dos que eram enforcados por causa da justiça, não lhes restando mais do que os ossos. E talvez houve um irmão que arrancasse as entranhas de outro morto para se sustentar com elas. Finalmente, quase todas as pessoas morreram.<sup>4</sup>

São evidentes as semelhanças expostas nesses textos. Devastação, ausência completa não só de alimentos, mas de qualquer coisa que pudesse ser considerada como tal, grande número de mortes por inanição, a ingestão de fezes e as cenas de antropofagia que remetem ao cerco de Jerusalém como exemplos supremos de desvario e perdição. “Inaudita miséria”, diz Schmidl; “tanta a necessidade e fome que passavam que era espanto”; “a fome mais estranha que foi vista”; “os vivos se sustentavam da carne dos que morriam”, acrescentam Villalta, Miranda e Ruy Díaz. Está claro que os textos acerca da conquista do Rio da Prata abordam as mais diversas questões e não se limitam a discorrer sobre o tópico da fome, mas esses episódios, que leitores contemporâneos e posteriores transformariam em memoráveis, operam como o emblema mais

<sup>4</sup>Original: “En este tiempo padecían en Buenos Aires cruel hambre porque, faltándoles totalmente la ración, comían sapos, culebras y las carnes podridas que hallaban en los campos, de tal manera que los excrementos de los unos comían los otros, viiendo a tanto extremo de hambre como en el tiempo que Tito y Vespasiano tuvieron cercada a Jerusalén: comieron carne humana. Así sucedió a esta miserable gente porque los vivos se sustentaban de la carne de los que morían y aun de los ahorcados por justicia, sin dejarles más de los huesos. Y tal vez hubo que un hermano sacó las asaduras y entrañas a otro que estaba muerto para sustentarse con ellas. Finalmente murió casi toda la gente”.

perdurável desse capítulo da história colonial. Todas essas referências contribuem a associar o Novo Mundo com a terra da perdição, das quimeras e da barbárie. As visões do Paraíso, as miríficas fábulas da abundância natural, das riquezas infinitas e das cidades cobertas de ouro encontram aqui a refutação mais implacável e seu reverso distópico. Nenhum Eldorado, nem Paititi, nem Césares: uma terra maldita. Não há ilusão nem fantasia que pudesse perdurar quando para sobreviver havia que comer excrementos, carne podre, carne humana.

O fracasso podia servir como parábola que condenava a cobiça desmedida, como castigo dos que ousaram navegar os mares e destruir civilizações. Podia ser também útil para alavancar interesses geopolíticos, especialmente se o texto fosse acompanhado de ilustrações impactantes e viesse a circular entre públicos mais amplos. Foi o que aconteceu com a crônica de Schmidl quando, quase no final do século XVI, ganhou novas e luxuosas edições preparadas pelos De Bry e por Levinus Hulsius. Eram esses os mais sofisticados impressores protestantes da época, editores de grandes coleções que reuniam as crônicas de viagem produzidas e colocadas em circulação pelas expansões marítimas e o consequente surgimento do sistema-mundo

Sediado em Estrasburgo, Theodor de Bry começa a publicar naquele 1590 uma coleção que seria dividida em duas grandes partes, as *Grands Voyages*, sobre as Índias Ocidentais, e as *Petit Voyages*, sobre as Indias Orientais. A coleção, continuada por seus filhos e genros ao longo de quatro décadas, esteve formada por 23 volumes em latim e 14 em alemão, sendo que alguns desses livros foram também traduzidos ao inglês e ao francês. Os tomos estavam ricamente ilustrados com gravuras feitas em matriz de cobre, que permitiam exibir detalhes de forma mais precisa e útil (Assis Kalil, 2011, p. 263). Não se tratava, certamente, de meras ilustrações que ocupavam lugares secundários e decorativos, mas de poderosas fontes de informação que impactavam a imaginação dos leitores de forma mais eficaz e imediata que a sucessão de frases e descrições que conformavam os textos. Além de ressignificar as crônicas a partir da presença das imagens, os editores apresentavam versões adaptadas e traduzidas dos textos, nem sempre mantendo absoluta fidelidade com os manuscritos ou as edições anteriores das obras.

O relato de Schmidl foi publicado em alemão, em 1599, como parte do sétimo volume da coleção, e republicado em sucessivas edições. Está acompanhado por quatro gravuras. Uma delas, provavelmente a mais conhecida e reproduzida, terá uma função exemplar, amplificando as reverberações dos espantosos fatos narrados e condensando, em um único quadro de imediata compreensão, diversas ações que aludiam à fome e à barbárie sofridas em Buenos Aires (Figura 1). A imagem retrata precisamente os fragmentos que citamos anteriormente, do próprio autor, de Villalta, Miranda, e Ruy Díaz.



Figura 1. Theodore de Bry, *Americae Pars VII*, Frankfurt, 1599.

Fonte: <https://www.smithsonianmag.com/history/europees-hypocritical-history-of-cannibalism-42642371/>.

Três corpos já mutilados pendem da força. Como vimos, haviam sido condenados por ter roubado e comido um cavalo. O castigo daria lugar às diferentes cenas de canibalismo que se espalham pela composição. Nela convivem vários tempos: no fundo, o momento em que o delito é cometido, quando três homens fogem com o cavalo e o trucidam a machadadas. No primeiro plano, à esquerda, os corpos que acabavam de sofrer a pena capital. Suas pernas já haviam sido ou estavam sendo cortadas. Um homem carrega as partes mutiladas sobre seus ombros, outro parece estar se preparando para fracioná-las em partes menores. Do lado direito, em tendas de formato improvável, outros homens estão comendo as porções humanas, que cozinham em grandes caldeirões. Não há uma única mulher em toda a cena. No plano de fundo, aparecem umas vagas serranias, um céu nebuloso e uma lua minguante.

Outra das ilustrações incluídas pelos De Bry não é menos violenta (Figura 2). Dois indígenas são queimados na fogueira, sob a vigilância dos soldados espanhóis. Um dos condenados grita e desfalece, o outro olha para o leitor, como se procurasse em vão alguma indulgência. No lado oposto está representado um episódio anterior, o ataque dos Payaguás contra os cristãos, no qual perderia a vida Ayolas, cuja consequência seria a vingança e o fogo, ou como escreve Schmidl (1903, p. 187), “amarrá-los a um pau com uma grande fogueira em volta para os queimar”.<sup>5</sup>

<sup>5</sup>Original: “atarlos a un palo con una gran hoguera a la vuelta para quemarlos”.



Figura 2. Theodore de Bry, *Americae Pars VII*, Frankfurt, 1599.

Fonte: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042011000200011>.

As gravuras, espetáculo visual disposto para a contemplação, não necessariamente devem seguir à risca a letra do texto. Trata-se de outros artefatos, que enfatizam determinados aspectos, sublinham e acrescentam certos detalhes e significam de um outro modo tudo aquilo que o soldado alemão pudesse ter visto no seu passado sul-americano. Apresentam cuidadosos retratos dos corpos e dos seus dinamismos, dos músculos em tensão, que revelam os conhecimentos anatômicos da época; recriam dramas que envolvem vários personagens ou multidões em situações catastróficas ou que parecem anunciar catástrofes. E reforçam claramente a barbárie católica, epitomizada pela prática da antropofagia, pelo tratamento brutal contra os indígenas, pelas violências inauditas que praticam. São cenas que o leitor protestante identificaria de imediato com aquelas representações antes publicadas na coleção dos De Bry, dos indígenas brasileiros preparando grandes festins de carne humana que acompanham as crônicas de Hans Staden e de Jean de Léry, ou com aquelas outras que ilustram as “matanças e estragos de gentes inocentes” denunciadas na *Brevísima relación*, de Bartolomé de Las Casas. É através de imagens como essas, mais do que mediante as crônicas publicadas, que a coleção dos De Bry se torna um fantástico veículo de difusão da “*leyenda negra*” da conquista espanhola, e um instrumento massivo de propaganda em favor não só do reformismo, mas também da necessidade de colonizar o imaginário dos bons selvagens, impulsionando a evangelização protestante mundo afora.

Nessa história de desventuras, extermínios e padecimentos que é a história da primeira fundação de Buenos Aires, nem todos os protagonistas eram homens. Embora as crônicas, a épica e a literatura da evangelização costumem privilegiar os nomes e os feitos masculinos ao narrar as peripécias das conquistas militares e espirituais, milhares de mulheres europeias participaram nas empresas de colonização do Novo Mundo. Algumas poucas eram poderosas, operavam na corte, influenciavam decisões, patrocinavam a preparação das frotas, exerciam o mecenato, ou conduziam armadas, como a célebre Mencia Calderón, viúva de Juan de Sanabria, que em 1550 comandou uma expedição ao Rio da Prata que incluía cinquenta damas entre casadas e solteiras. Como essas damas, que chegariam a Assunção em 1556<sup>6</sup>, a grande maioria das mulheres que se envolviam em aventuras de ultramar eram emigrantes. Emigravam para passar anos ou o resto dos seus dias nas longínquas terras americanas. Podiam ser nobres ou destituídas, registradas ou anônimas, incluídas entre os passageiros ou clandestinas, camponesas, criadas ou de posses, casadas ou solteiras. Entre estas últimas, que eram maioria, estavam as religiosas, as esposas prometidas, as filhas e parentes dos funcionários reais, as cristãs-novas, as estrangeiras, e as “amigas” ou “mujeres enamoradas” conforme os eufemismos que constam na documentação. Ocuparam posições na vida urbana, nos conventos, nos latifúndios e nas guerras. Limitadas à procriação e às tarefas domésticas, estavam destinadas a ocupar posições subalternas, que nem sempre se resignaram a aceitar.

De fato, nessa Buenos Aires definida como espaço da fome, da privação absoluta, da impossibilidade de sobreviver, do canibalismo e do abandono definitivo em busca de locais mais propícios rio acima, as mulheres se multiplicam nos documentos oficiais e nos relatos dos cronistas, nas páginas da história e das ficções. Sirvam de exemplo Lucía Miranda, La Maldonada e Isabel de Guevara.

Lembremos que antes da chegada da expedição de Mendoza, a região já havia sido explorada por portugueses e espanhóis que procuravam a passagem marítima para as costas asiáticas. Conforme o tratado de Tordesilhas, os castelhanos estavam impedidos de trafegar pela rota que conduzia ao Oriente através do cabo da Boa Esperança, e estavam, portanto, obrigados a encontrar uma via alternativa que permitisse aceder ao Pacífico. Também em busca dessa passagem, João de Lisboa já teria navegado pelo estuário platino em alguma imprecisa data entre 1511 e 1514. Quando a notícia circulou na Espanha, o experiente piloto da Casa da Contratação Juan Díaz de Solís foi encarregado pela Coroa de tomar posse daquelas terras meridionais. Como se sabe, Solís foi morto e devorado pelos Charruas nas costas do atual Uruguai em 1516. Em 1520, a frota de Fernando de Magalhães passou um mês percorrendo as margens do Prata. Nessa década Alejo García primeiro e Sebastião Caboto depois navegaram rio acima em busca das Serras da Prata e do reino do Peru. Em 1527, a uns 50 quilômetros da atual cidade de Rosario,

<sup>6</sup>Nessa expedição viajava também Hans Staden, que retornava em sua segunda viagem à América.

no encontro dos rios Paraná e Carcarañá, Caboto fundou o forte de Sancti Spiritus. Quando Caboto voltou a Espanha acreditando ter achado o caminho para as riquezas que procurava, deixou no forte 110 soldados. Ignora-se quantas mulheres teriam participado nessa empresa, mas a tradição registra pelo menos um nome que ficaria famoso, Lucía Miranda.

A história da cativa branca nasce como fato ou fábula de amor e morte, e também como ficção poderosa, nas páginas de denominada *Argentina. Historia del Descubrimiento y conquista del Rio de la Plata*, a crônica escrita por Ruy Díaz de Guzmán em 1612. Conforme o novelesco relato, Lucía, casada com Sebastião Hurtado, desperta a paixão amorosa de um cacique da nação timbu, Mangoré. Até então, a convivência entre indígenas e espanhóis fora relativamente pacífica, mas o desejo não correspondido por parte da mulher precipitaria o desenlace funesto. Maus-tratos contra os indígenas, e uma confiança excessiva dos espanhóis poderiam ter impulsionado a revolta. Segundo a versão que consta em *Argentina*, os bárbaros haviam traído os espanhóis. Aproveitando que um grupo de espanhóis tinha saído em busca de alimentos, Mangoré convence seu irmão, Siripo, de atacar o forte, para raptar Lucia. O forte é arrasado, Mangoré morre no ataque e Siripo toma por esposa a Lucia. “De hoje em diante, Lucia” (disse, segundo Ruy Diaz, Siripo), “não te consideres minha escrava, mas sim minha querida esposa e, como tal, podes ser dona de tudo o que tenho e fazer o que quiseres a partir de hoje para sempre, e junto com isso dou-te o mais importante, que é o meu coração” (Díaz de Guzmán, 2012, p. 114)<sup>7</sup>. Hurtado retorna como prisioneiro e é condenado a morte. Lucia pede clemência, que é concedida sob a condição de que Lucia e Sebastião não voltassem a comunicar-se. “Tendo sempre os olhos cravados um no outro, como aqueles que tanto se amavam”, descumprem a proibição. Flagrados os amantes, Siripo, “com infernal raiva”, determina o castigo: Lucía morre na fogueira; Sebastião, atravessado por flechas. Morrem como os mártires cristãos homônimos tinham morrido. A história dos amores malogrados, que seria recriada no teatro de Manuel de Lavardén (*Siripo*, 1786) e nos romances históricos, ambos publicados em 1860, de Eduarda Mansilla (*Lucía: novela sacada de la historia argentina*)<sup>8</sup> e de Rosa Guerra (*Lucía Miranda, novela histórica*), é também um mito de legitimação da conquista. Como aponta Carlos Rossi Elgue (2017, p. 44), “Se o conquistador era aquele que usurpava, saqueava e violentava as mulheres, na narrativa de Ruy Díaz esse papel é reservado aos indígenas; esta subversão tinha claramente como objetivo justificar e legitimar a sua subjugação ou destruição”.<sup>9</sup>

Outra fábula protagonizada por uma mulher, e também registrada na *Historia*, de Ruy Diaz, serve de emblema da catastrófica situação em que se encontravam os habitantes da vila. La Maldonada era uma espanhola que, impelida pelo desespero e a fome, decide “irse a los indios para poder sustentar a vida” (Díaz de Guzmán, 2012, p. 147). Em fuga, é ameaçada por uma “leoa”, que estava parindo, mas entre elas surge uma mútua confiança, que será decisiva para a desertora. Um dia é

<sup>7</sup>Original: “De hoy en más, Lucía, no te tengas por mi esclava sino por mi querida mujer y, como tal, puedes ser señora de todo cuanto tengo y hacer a tu voluntad de hoy para siempre, y junto con esto te doy lo más principal, que es el corazón”.

<sup>8</sup>A partir da segunda edição, de 1882, o romance de Mansilla passaria a intitular-se da mesma forma que o de Rosa Guerra, *Lucía Miranda: novela histórica* (Carlos de Andrade, 2020).

<sup>9</sup>Original: “Si el conquistador era quien usurpaba, saqueaba y violaba a mujeres, en el relato de Ruy Díaz ese protagonismo queda reservado al indígena; esta subversión se orientaba claramente a justificar y legitimar su sometimiento o destrucción”.

levada pelos indígenas. Tempo depois, os espanhóis a encontram e a condenam à morte por ter cometido o pecado de coabitar com os nativos. Foi amarrada então a uma árvore, para que as feras a devorassem. La Maldonada, porém, é salva pela leoa, que a protege dia e noite, até que os espanhóis finalmente se compadecem da mulher e anulam o bárbaro castigo previsto.

Lucía Miranda e La Maldonada são figuras verossímeis dentro daquele contexto histórico, mas também convencionalmente literárias, e, havendo ou não existido, estavam de toda forma destinadas a ser incluídas nos catálogos amplificados da ficção. Outras mulheres, entretanto, deixaram mais constâncias das suas existências no Prata. Uma delas foi Isabel de Guevara, que, como dissemos, integrava a expedição do *Adelantado* Pedro de Mendoza que chegou ao Rio da Prata em 1536. Como dito acima, era a maior expedição enviada ao Novo Mundo até esse momento. Algumas fontes indicam que estava composta por 1500 homens, outras indicam 1800, 2200, 2500. Mais incerto ainda é o número de mulheres que faziam parte da empresa: oito, dez, uma vintena. Os dados são pouco fidedignos e sempre incompletos; segundo o “Catálogo de pasajeros a Indias”, consultado por Rodríguez Arzúa, das pessoas embarcadas entre 1509 e 1539, 6,7% do total eram mulheres (Potthast, 1991, p. 220), mas tudo indica que o número devia ser maior. Essa presunção parece ser confirmada na carta escrita pela senhora Guevara, que começa desta forma: “Para esta província do Rio da Prata, com o seu primeiro governador, D. Pedro de Mendoza, viemos algumas mulheres, entre as quais a fortuna quis que fosse eu uma delas” (Guevara, 2003, p. 15).<sup>10</sup>

Certas mulheres, várias, e dentre elas uma. É tão pouco o que se conhece da autora dessa carta que nem sequer há certeza de que Isabel tenha sido seu nome. Poderia ser Ana, doña Ana de Guevara, segundo consta no testamento de 1547 do seu marido Pedro de Esquivel, que viera na posterior armada de Álvar Núñez Cabeza de Vaca. Ou talvez Ana Isabel. Talvez seu primeiro esposo fosse Don Carlos de Guevara, que também integrava a expedição de Mendoza e foi morto pelos Payaguás no Chaco. A carta está datada em Assunção, no dia 2 de julho de 1556. Narra fatos acontecidos 20 anos antes, mas seu objetivo é apresentar uma petição a sua destinatária, a “*Muy alta y muy poderosa señora*” Juana de Áustria, filha de Carlos V, irmã do futuro monarca Felipe II, “Governadora dos Reinos da Espanha” e Regente do trono entre 1554 e 1559.

A obra conhecida de Isabel de Guevara deve constar entre as mais breves da produção letrada colonial. Outros escrevem longos tratados e numerosos volumes. São prolixos, inimigos da concisão e devotos do detalhe, das enumerações e da glosa. Outros tiveram que redigir centenas de páginas para ocupar algum espaço, nem sempre notório, às vezes ínfimo, nos repertórios, epítomes e dicionários de autores. Isabel, no entanto, escreveu uma única carta, de quatro parágrafos. É possível que tenham existido outras missivas, e quiçá perdurem ocultas em algum arquivo, mas em todo caso não foram ainda descobertas. Ou então se perderam para sempre. Por enquanto é só uma carta, uma única carta.

<sup>10</sup> Original: “A esta provincia del Rio de la Plata, con el primer gobernador della, don Pedro de Mendoza, habemos venido ciertas mujeres, entre las cuales ha querido mi ventura que fuese yo la una”.

Isabel começa essa carta falando da fome, algo inevitável, como vimos, em se tratando da Buenos Aires de Pedro de Mendoza. Sem evitar a previsível comparação, afirma que os padecimentos dos moradores foram piores que os sofridos pelos judeus durante o cerco de Jerusalém. Isabel, contudo, não pretende emular Flávio Josefo nem ser a cronista das calamidades que, nesse momento, eram já bem conhecidas na corte. Não era esse seu propósito, e não dispõe de tempo para isso. Entretanto, quando alude à fome, evoca uma perspectiva muito diferente da empregada por outros cronistas já mencionados que tocam o assunto. Em lugar de recorrer a castigos divinos ou excessos humanos para explicar as desgraças do assentamento, enfatiza a função que as mulheres, e só as mulheres, cumpriram para combater a penúria e a ruína. Resiliência, dedicação, heroísmo, as virtudes que as crônicas reservam para os homens definem neste caso a ação sanadora e resistente das mulheres, sem a qual o infortúnio teria sido ainda maior. São os homens os fracos, os moribundos, os necessitados, e as mulheres as que protegem e redimem:

Os homens vinham em tal estado de fraqueza que as pobres mulheres assumiam todo o trabalho, quer lavando-lhes a roupa, quer curando-os, alimentando-os com o pouco que tinham, limpando-os, ficando de sentinela, guardando as fogueiras, armando as bestas, quando às vezes os índios vinham fazer guerra, comprometendo-se mesmo a pôr fogo nos versos, e a levantar os soldados, os que lá estavam para isso, a dar armas à volta do acampamento com gritos, exortando e pondo os soldados em ordem. (Guevara, 2003, p. 15).<sup>11</sup>

Está claro que essas mulheres não só se encarregavam das tarefas consideradas “femininas”; encarregavam-se de todas as tarefas. “Se não fosse por elas, todos fossem acabados”, escreve Isabel em terceira pessoa. Se nas crônicas o recurso primordial para legitimar o discurso consiste em afirmar a presença de um eu que esteve lá e testemunhou com seus próprios olhos todos os acontecimentos referidos, na carta Isabel dispensa essa menção para evocar um sujeito coletivo que a inclui e a torna, paradoxalmente, ainda mais relevante.

A narração de desventuras, situando às mulheres no papel principal, continua quando os combalidos sobreviventes abandonam a vila e navegam Paraná acima:

As fatigadas mulheres os curavam e cuidavam deles, cozinhavam-lhes a comida, carregavam-lhes lenha às costas desde o exterior do navio e encorajavam-nos com palavras viris a não se deixarem morrer, que em breve encontrariam comida em terra, carregando-os às costas nos brigues, com tanto amor como se fossem seus próprios filhos. (Guevara, 2003, p. 15).<sup>12</sup>

São sempre as mulheres as agentes eficientes, que dispensam amor e palavras varonis. Os homens parecem fantasmas, desprovidos de energia e de rumo, como crianças desamparadas. Até “içar as velas e governar o navio, fazer soar a proa e pegar no remo”<sup>13</sup> estava a cargo das mulheres, e se chegaram finalmente a Assunção e lá, após as dificuldades iniciais, puderam prosperar, foi exclusivamente graças às mulheres, caridasas, valentes e incansáveis.

<sup>11</sup> Original: “Vinieron los hombres en tanta flaqueza, que todos los trabajos cargaban de las pobres mujeres, así en lavarles las ropas, como en curarles, hacerles de comer lo poco que tenían, limpiarlos, hacer centinela, rondar los fuegos, armar las ballestas, cuando algunas veces los indios les venían a dar guerra, hasta cometer a poner fuego en los versos, y a levantar los soldados, los que estaban para ello, dar arma por el campo a voces, sargenteando y poniendo en orden los soldados”.

<sup>12</sup> Original: “Las fatigadas mujeres los curaban y los miraban, les guisaban la comida, trayendo la leña a cuestas de fuera del navio, y animándolos con palabras varoniles que no se dejase morir, que presto darían en tierra de comida, metiéndolos a cuestas en los bergantines, con tanto amor como si fueran sus propios hijos”.

<sup>13</sup> Original: “marear la vela y gobernar el navío y sondar de proa y tomar el remo”.

Vários estudos (de Silvia Tieffemberg, 1989, Raúl Marrero-Fente, 2016, Mar Langa Pizarro, 2010) observam como Isabel segue na sua carta o modelo epistolográfico estabelecido na tradição. Conforme a estrutura histórica definida na *ars dictaminis*, a carta começa com a obrigatoriedade saudação, a *salutatio*, que cumpre também a função da *captatio benevolentiae*, em procura de obter a disposição favorável de uma destinatária que ocupava um grau infinitamente superior na hierarquia social. Tratava-se apenas de uma mulher, de vida atribulada, povoadora da distante Assunção, que se dirigia a uma outra mulher, a mais poderosa do reino. No entanto, se Isabel reconhece a enorme distância (em todos os sentidos) que as separa, tem também a obrigação de ser firme, de demonstrar que corresponde ter firmeza. É por isso, e para isso, que está escrevendo. É por isso que a *narratio*, que ocupa três dos quatro parágrafos da carta, é tão importante, porque, relatando os fatos para a ouvinte ausente, prepara o caminho para a parte mais significativa da missiva, a *petitio*. Nessa petição final, que outorga à carta sua dimensão e sua força ilocucionárias, confluem e cobram sentido todas as peripécias, sumaria e contundentemente descritas, ocorridas duas décadas antes na bacia platina.

Na petição, Isabel retoma o uso da primeira pessoa. Já não são as mulheres, as pobres, fatigadas mulheres de outrora. Agora se trata dela, das injustiças que acabava de sofrer, da reparação do dano que vinha a solicitar:

Tenho querido escrever isto e trazê-lo à memória de V. A. para lhe dar a conhecer a ingratidão de que se tem usado contra mim nesta terra, porque atualmente houve repartimentos para a maior parte dos que nela estão, antigos e modernos, sem qualquer memória de mim e do meu trabalho, e deixaram-me fora, sem me darem índio nem qualquer tipo de serviço. (Guevara, 2003, p. 16).<sup>14</sup>

Eis aqui o requerimento. É esse o motivo que a levava a alçar a voz, a redigir essas poucas linhas para uma princesa que nunca havia visto nem veria, mas que poderia ser a única capaz de atender a sua reclamação.

Lembremos que desde que Cabeza de Vaca fora destituído em 1544, a situação no Paraguai estava marcada por fortes confrontos entre o grupo leal a Alvar Núñez e os partidários do governador Domingo Martínez de Irala. Em março daquele 1556, Irala promulgara as Ordenanças que determinavam o modo em que seriam distribuídas as *encomiendas* (ou *repartimientos*) entre os colonizadores. O sistema garantia terras e mão de obra indígena (geralmente gratuita, ou com ínfima remuneração ou escravizada, dependendo das demandas de cada localidade) em troca de proteção e formação cristã. Era potestade do governador determinar os números correspondentes, e tudo indica que não pretendera ser equitativo com aqueles que considerava opositores ou inimigos.

Conforme as Ordenanças, 20 mil indígenas foram “repartidos” entre 300 proprietários. Isabel nada recebera. Nessa circunstância era mais do que pertinente relembrar as notícias dos tempos de Mendoza, evocar penúrias sofridas e serviços prestados. Isabel queria receber indígenas

<sup>14</sup> Original: “He querido escribir esto y traer a la memoria de V.A. para hacerle saber la ingratitud, que conmigo se ha usado en esta tierra, porque al presente se repartió por la mayor parte de los que hay en ella, así de los antiguos como de los modernos, sin que de mí y de mis trabajos se tuviese ninguna memoria, y me dejaron de fuera, sin me dar indio ni ningún género de servicio”.

encomendados, e vai direto ao ponto: “suplico que me seja dado o meu repartimento perpétuo, e em gratificação dos meus serviços, que se dê ao meu marido algum ofício, de acordo com a qualidade da sua pessoa; pois ele, por seu lado, merece-o pelos seus serviços.” (Guevara, 2003, p. 16).<sup>15</sup> Indígenas e um cargo: para Isabel não é uma mercê, mas uma justa retribuição, tão justa e meritória que o favor deveria ser extensivo também ao marido que, como todos os homens na carta, ocupa aqui uma posição dependente e menor. Afinal, as mulheres, e Isabel entre elas, tinham sido as protagonistas da história. É essa sua solicitação premente, de clara natureza pessoal e privada, mas que também reivindica o público e o comum (as mulheres, os “conquistadores velhos”). Cumprido o pedimento, não há nada mais que acrescentar, salvo a *conclusio formal*, com seus protestos de obediência e desejos de longa vida.

Pode ser interessante comparar a carta de Isabel com o já mencionado “Informe”, escrito por Francisco de Villalta. Redigido uma semana antes e também em Assunção, o informe é muito mais longo e fornece mais informações acerca das conquistas e explorações dos anos precedentes. Em traços gerais, no entanto, mantém uma estrutura semelhante, composta também por uma (profusa) narração que deriva na petição que o autor enuncia. Villalta também se queixa da injustiça dos repartimentos de Irala e do tratamento dispensado para os povoadores mais antigos. Os favores do governador tinham sido dispostos “entre muitas pessoas que não se dispuseram a ganhá-la [a terra], tirando-a daqueles que a conquistaram e derramaram seu sangue por ganhá-la” (Villalta, 1903, p. 319).<sup>16</sup> Entre as duas cartas, há uma óbvia e plena diferença: na detalhada relação de Villalta, as mulheres são omitidas por completo.

Não se conhece o resultado da petição feita por dona Isabel, ou Ana, de Guevara. Seu marido Pedro de Esquivel seria condenado por traição e executado em 1571. Também não sabemos se a princesa Juana chegou a ler a carta enviada de Assunção. Casara-se aos 17 anos com João Manuel de Portugal, em 1552. Antes dos dois anos estaria viúva e grávida. Seu filho seria o futuro rei de Portugal Sebastião I, cuja desaparição na batalha contra os mouros em Alcácer-Quibir em 1578 deu origem ao mito messiânico do Encoberto. O mito apontava que D. Sebastião retornaria, as grandezas de Portugal seriam restauradas, e o Quinto Império estabelecido. A profecia do retorno do Desejado seria alimentada em várias épocas e latitudes por sebastianistas que acreditavam que a redenção, e o fim do mundo, estavam próximos. Essa convicção alimentou movimentos populares, e também as laboriosas argumentações que Antonio Vieira formulara na *História do futuro* e em *Clavis Prophetarum*. Quando D. Sebastião desapareceu, sua mãe já tinha morrido. Tinha apenas 38 anos. A posteridade pôde imaginar sua figura graças aos esplêndidos retratos pintados por Alonso Sanchez Coello e Sofonisba Anguissola. De Isabel de Guevara não restam, ou nunca houve, retratos nem efígies.

<sup>15</sup> Original: “Suplico me sea dado mi repartimiento perpetuo, y en gratificación de mis servicios mande que sea proveido mi marido de algún cargo, conforme a la calidad de su persona; pues él, de su parte, por sus servicios lo merece”.

<sup>16</sup> Original: “entre muchas personas que no se hallaron á la ganhar [la Tierra], quitándola aquellos que la conquistaron i derramaron su sangre por ganalla”.

## Referências

ASSIS KALIL, Luís Guilherme. Os espanhóis canibais: análise das gravuras do sétimo volume das *Grands Voyages de Theodore de Bry*. *Tempo*, v. 17, n. 31, p. 261-283, 2011.

CARLOS DE ANDRADE, Brenda. Lucía Miranda, Eduarda Mansilla e Rosa Guerra: três mulheres, uma personagem e dois desejos/projetos. *Letrônica*, v. 13, n. 1, p. 1-17, 2020.

DÍAZ DE GUZMÁN, Ruy. Argentina. *Historia del Descubrimiento y Conquista del Río de la Plata*. Edición y prólogo de Silvia Tieffemberg. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2012. 1a ed.

GUEVARA, Isabel de. Carta de Isabel de Guevara a la princesa-gobernadora Doña Juana. In: CAMPUZANO, Luisa; VALLEJO, Catharina (org.) *Yo con mi viveza. Textos de conquistadoras, monjas, brujas, poetas y otras mujeres de la colonia*. La Habana; Montreal: Casa de las Américas; Concordia University, 2003. p. 13-16.

LANGA PIZARRO, Mar. Mujeres en la expedición de Pedro de Mendoza: cartas, crónicas y novelas; verdades, mentiras, ficciones y silencios. *América sin nombre*, n.15, p. 15-29, 2010.

MARRERO-FENTE, Raúl; EHRENBURG, Scott. Mediating colonial marginality and (minor) ity in Isabel de Guevara's "Carta a la Princesa Doña Juana". *Estudios Ibero-Americanos*, v. 42, n. 3, p. 1048-1065, 2016.

MIRANDA, Luís de. *Romance*. Editado por Silvia Tieffemberg. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras/UBA, 2012.

POTTHAST, Bárbara. Imagen y realidad de la participación de la mujer española en la conquista rioplatense. In: SIMPOSIO INTERNACIONAL COLONIA, 1991, Sevilla. *Anais [...]*. Sevilla: Universidad de Sevilla; Secretariado de Publicaciones, 1991. p. 199-206

ROSSI ELGUE, Carlos Alfredo. Lucía Miranda, mito de la cautiva blanca en el Río de la Plata, desde el siglo XVI hasta el siglo XX. *Mitologías hoy*, v. 16, p. 39-51, 2017.

SCHMIDL, Ulrich. *Viaje al Río de la Plata: (1534-1554)*. Notas bibliográficas y biográficas por el teniente general don Bartolomé Mitre; prólogo, traducciones y anotaciones por Samuel Alejandro Lafone Quevedo. Buenos Aires, Cabaut y Cia. editores, 1903.

TIEFFEMBERG, Silvia. Isabel de Guevara o la construcción del yo femenino. *Filología*, 24/1-2, 1989, p. 287-300.

VILLALTA, Francisco de. Relación de Francisco de Villalta solicitando provisión de regidores. In: SCHMIDL, Ulrich. *Viaje al Río de la Plata: (1534-1554)*. Notas bibliográficas y biográficas por el teniente general don Bartolomé Mitre; prólogo, traducciones y anotaciones por Samuel Alejandro Lafone Quevedo. Buenos Aires: Cabaut y Cia. Editores, 1903. p. 303-323.

## **Of Hardships, Demands and Defeats: Buenos Aires, First Foundation**

### **Abstract**

*Considering the brief years between the first foundation and the subsequent abandonment of Buenos Aires (1536-1541), famine is a dominant and impossible to avoid subject in the profuse literature on this chapter of Spanish expansion in the Plata region. Without being able to get enough food, without maintaining the pacts with the indigenous people that could have guaranteed a certain stability, and being repeatedly attacked, the precarious village found itself in a situation of absolute helplessness, that would continue to get worse over time. Among the chronicles, memoirs and fictions that make up this constellation of testimonies and mythologies, we have reviewed in this work texts such as those written by Ulrico Schmidl, Francisco de Villalta, Luis de Miranda, Ruy Díaz de Guzmán or Isabel de Guevara, among others.*

**Keywords:** *First foundation of Buenos Aires. Chronicles. Famine.*